

ano 11 – n. 45 | abril/junho – 2022
Belo Horizonte | p. 1-232 | ISSN 2238-4138
R. Fórum Trabalhista – RFT

Revista Fórum
TRABALHISTA
RFT

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

O contrato de trabalho intermitente e os requisitos da relação de emprego

Carlos Henrique Dos Santos Lima, Edson Póvoa do Nascimento Júnior	9
1 Introdução	9
2 O Direito do Trabalho no Brasil	10
2.1 Requisitos da relação de trabalho	11
3 Contrato de trabalho intermitente	12
3.1 Características do contrato de trabalho intermitente	14
3.2 Formalidades do contrato de trabalho intermitente	14
3.3 Jornadas de trabalho do contrato intermitente	15
3.4 Remunerações no contrato de trabalho intermitente	16
3.5 Férias no contrato intermitente	17
3.6 Rescisão do contrato de trabalho intermitente	19
4 Trabalho intermitente e a ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana	19
5 Análise jurisprudencial	21
Considerações finais	22
Referências	24

As relações de trabalho em um mundo globalizado

Carolina Tupinambá	27
1 Globalização: expectativa e realidade	27
2 Conexão e tecnologia	29
3 Incremento da diversidade no ambiente de trabalho	32
4 <i>Crowdwork Crowdsourcing</i>	33
5 Capitalismo colaborativo	34
6 Normatização transnacional	35
7 <i>Work from anywhere</i>	36
8 Contratos flexíveis	36
Considerações finais	37
Referências	37

Direito como literatura – interlocuções necessárias: análise da obra literária

Vidas Secas e sua relação com o trabalho rural degradante análogo a escravo no Brasil contemporâneo

Janete Souza Carvalho, Jaqueline Souza Carvalho	39
Introdução	40
1 A interdisciplinariedade entre direito e literatura	41
2 Breves apontamentos acerca da obra literária <i>Vidas Secas</i>	43
3 Evolução dos direitos trabalhistas dos empregados rurais	45
4 Da ficção à realidade: do trabalho rural análogo a escravo no Brasil contemporâneo	46
5 Do trabalho rural degradante: principais políticas públicas implementadas para redução do trabalho análogo a escravo no Brasil	49
Conclusão	51
Referências	52

Supressão das horas *in itinere* pela reforma trabalhista: o que mudou para aqueles que faziam jus ao seu recebimento?

Joelda Rodrigues de Jesus, Antonio Luiz Nunes Salgado	55
Introdução	55
1 Horas <i>in itinere</i>	56
1.1 Breve histórico	56
1.2 Conceito de horas <i>in itinere</i>	58
1.2.1 Local de difícil acesso e não servido por transporte público	59
1.2.2 Transporte fornecido pelo empregador	60
2 Pesquisa de julgados no TRT 3ª Região	61
2.1 Objetivo da análise	61
2.2 Construção metodológica da pesquisa de julgados	62
2.3 Dos resultados	62
3 Negociação coletiva e horas <i>in itinere</i>	63
3.1 Acordo coletivo após a Reforma Trabalhista	64
3.2 Negociado x Legislado	65
Considerações finais	65
Referências	66

Justa causa do empregador

Matias Bortoncello	69
1 Introdução	69
2 Hipóteses de justa causa do empregador	70
2.1 Forem exigidos serviços superiores às forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato	70
2.2 For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo	73
2.3 Correr perigo manifesto de mal considerável	74
2.4 Não cumprir o empregador as obrigações do contrato	76
2.5 Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama	79
2.6 O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	80
2.7 O empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários	82
3 Considerações finais	83
Referências	83

Assédio moral nas relações de trabalho: uma análise sob a perspectiva da violação de direitos fundamentais individuais e coletivos nas relações de trabalho

Nordga Monique Medeiros do Nascimento	85
1 Introdução	85
1.1 Metodologia	88
2 Assédio moral: principais conceitos e perspectivas	89
2.1 Assédio moral e dano moral	90
2.2 Assédio moral e a violação dos direitos humanos do trabalhador	92
2.3 A criminalização do assédio moral	95
3 Conclusões	98
Referências	100

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADPF – Piso salarial dos profissionais diplomados em curso superior de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária – Lei nº 9.450-A/1966 – Salário profissional fixado em múltiplos do salário-mínimo nacional – Transgressão à norma que veda a vinculação do salário-mínimo “para qualquer finalidade” – Inocorrência – Cláusula constitucional que tem o sentido de proibir o uso indevido do salário-mínimo como indexador econômico. Referendo na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 53/PI..... 105

Tribunal Superior do Trabalho

Competência material da Justiça do Trabalho – *Habeas Corpus* – Ato de particular praticado no âmbito de movimento grevista – Cabimento da medida.
Recurso Ordinário nº 1031-70.2015.5.05.0000 123

Tribunal Superior do Trabalho

Intervalo do artigo 384 da CLT – Empregado admitido antes da Reforma Trabalhista – Contrato de trabalho vigente – Limitação da condenação – Reforma no julgado.
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 93-17.2019.5.12.0008..... 143

Tribunal Superior do Trabalho

Ação Civil Pública – Tutela inibitória – Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados – Conduta discriminatória – Indenização por dano moral coletivo – Cabimento. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 1257-47.2014.5.03.0071 165

Tribunal Superior do Trabalho

Execução – Pandemia do Novo Coronavírus – Grave crise econômica – Suspensão do cumprimento do acordo homologado judicialmente – Coisa julgada – Adequação do valor da cláusula penal. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
nº 10761-29.2015.5.03.0108..... 187

EMENTÁRIO 195

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS 223

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 231